ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL E O ENSINO DE HISTÓRIA: leituras variadas e diferentes maneiras de expressão

CIVIL MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL AND THE TEACHING OF HISTORY: varied readings and different ways of expression

DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL Y EL ENSINO DE HISTORIA: leituras variadas y diferentes formas de expresión

Viviane Prado Bezerra[1]
Telma Bessa Sales[2, 3]

RESUMO

O artigo busca refletir sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil, bem como sobre o período atual, tendo em vista a conjuntura do golpe parlamentar, jurídico e midiático ocorrido em 2016. Através da produção de um documentário "Eu quero ver", articula entrevistas de jovens professores de História da rede básica de ensino, que estão vivenciando os desdobramentos

---

[1] Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Possui Mestrado em Historia Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. É professora na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de HIstória da Universadade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em movimentos sociais, camponeses, história das mulheres e história oral. E-mail para contato: vivianclio@yahoo.com.br.

[2] Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP com período sanduíche em Università di Roma "La Sapienza" e pós-doutorado na Universidade de Évora Portugal (2015). É professora na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e na Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: telmabessa1@yahoo.com.br.

[3] Endereço de contato das autoras (por correio): Universidade Vale do Acaraú - UVA. Avenida da Universidade, Alto da Brasília, CEP: 62040-370, Sobral, CE, Brasil..

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

do golpe atual, com entrevistas de professores que vivenciaram o período ditatorial de outrora. Para tanto, o documentário aponta para reflexões em torno das experiências docentes e das metodologias de ensino acerca da temática do regime militar que são utilizadas por esses professores em suas salas de aula. Tal produção é entendida também como um instrumento de reflexão e publicização de conteúdo histórico, flertando com a História Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil-militar, ensino de história, história oral, história pública.

ABSTRACT

The article seeks to reflect on the period of the civil-military dictatorship in Brazil, as well as on the current period, given the conjuncture of the parliamentary, legal and mediatic coup that took place in 2016. Through the production of a documentary "I want to see" Articulates interviews of young teachers of History of the basic education network, who are experiencing the unfolding of the current coup, with interviews of teachers who experienced the dictatorial period of yesteryear. To this end, the documentary points to reflections on teaching experiences and teaching methodologies about the military regime that are used by these teachers in their classrooms. Such production is also understood as an instrument of reflection and publicity of historical content, flirting with Public History.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship, history teaching, oral history, public history.

RESUMEN

El artículo trata de reflexionar sobre el período de difusión civil-militar no Brasil, sobre el tema actual, el tener en vista una conjunción del golpe parlamentario, el jurídico y el mediano en 2016. Atraves de la producción de un documento "Eu quero ver" Articula entrevistas de jóvenes profesores de historia de la red básica de enseñanza, que están vivenciando los desdobramentos del golpe

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

actual, con entrevistas de profesores que vivenciaron el período de ditatorial de outrora. Para tanto, el documento se refiere a las reflexiones en torno a las experiencias docentes y las metodologías de enseñanza acerca de la temática del régimen militar que se utilizan para sus profesores en sus salas de aula. Tal producción es entendida también como instrumento de reflexión y publicación de contenido histórico, flertando con una historia pública.

PALABRAS CLAVE: Ditadura civil-militar, enseñanza de historia, historia oral, historia pública.

Recebido em: 22.01.2017. Aceito em: 26.03.2017. Publicado em: 01.04.2017.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

Introdução

O diálogo entre as diversas áreas do conhecimento vem se tornando uma prática cada vez mais considerada no cotidiano do pensar a História, rompendo as fronteiras e combatendo a fragmentação do saber. Continua, portanto, como um grande desafio, a integração dos conteúdos e metodologias de disciplinas no sentido de se trabalhar conjuntamente determinado tema buscando a construção coletiva e autonomia dos alunos e professores.

Com esta dimensão o texto abaixo reflete sobre uma iniciativa de produzir conhecimento a partir do diálogo entre História e Antropologia Visual, por meio da elaboração de um documentário intitulado "Eu quero ver", temperado com a discussão de uma história pública com temática atual e pertinente, leia-se ditadura civil militar, dentro do campo de atuação de professores de História.

É importante não esquecer o legado que temos das discussões historiográficas da Escola dos Annales. Segundo Peter Burke em seu livro, A Escola dos Annales, "a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo as três gerações foi expandir o campo da história por diversas áreas " (BURKE, 1997, p. 126). O maior enriquecimento das discussões, a ampliação dos horizontes e a troca de informações são no mínimo implicações que ocorrem na prática interdisciplinar. O referido autor assinala que:

> O grupo ampliou o território da história abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e do desenvolvimento de novos métodos para explorá-los. Estão também associadas à colaboração com outras ciências ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes das ciências sociais (BURKE 1997 p. 126) .

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

Esta ligação entre os saberes e em especial, a compreensão desta forma de ver a História, torna possível o reconhecimento de uma História crítica para superar as dificuldades enfrentadas desde o nível pessoal, ao de ordem estrutural ou do próprio processo de ensino aprendizagem, incluindo métodos de ensino, recursos, o programa da disciplina (conteúdos), e toda série de questões institucionais presentes.

Nesta perspectiva, o professor tem uma concepção que uma história crítica é construída coletivamente, na formação dentro e fora da escola, uma educação interdisciplinar, libertadora e com intervenção social. Este professor entende que a interdisciplinaridade é um processo de trocas de conteúdos entre professor – aluno, e que "no projeto interdisciplinar, não se ensina, nem se aprende: vive-se, exerce-se" (FONSECA, 2008, p. 106).

Com uma prática que não gera o isolamento, mas uma ação coletiva nas lutas políticas cotidianas, o professor vive numa luta incessante pela valorização de sua profissão (inclusive nos dias atuais, como o governo Temer, em que vimos ser aprovados projetos de lei de flexibilização e perda de direitos trabalhistas conquistados), mais ainda: sabe que seu alcance vai além dos 'muros acadêmicos', além de sua área do saber, e cresce com as parcerias, com relações interativas e diferentes fontes de experiências. Vale destacar o que assinala (FAZENDA, 1999 P. 31) ao lembrar que :

> O professor interdisciplinar traz em si um gosto especial por conhecer e pesquisar, possui um grau de comprometimento diferenciado para com seus alunos, ousa novas técnicas e procedimentos de ensino, porém, antes, analisa-os e dosa-os convenientemente. Esse professor é alguém que está sempre envolvido com seu trabalho, em cada um de seus atos. Competência, envolvimento, compromisso marcam o itinerário desse profissional que luta por uma educação melhor. Entretanto, defronta-se com sérios obstáculos de ordem institucional no seu cotidiano. Apesar do seu empenho pessoal e do sucesso junto

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

> aos alunos, trabalha muito, e seu trabalho acaba por incomodar os que têm a acomodação por propósito.

São muitas nuances da ação cotidiana do professor para abordar neste artigo, porém no tocante a chamada de artigos para a edição deste Dossiê que propõe reflexões sobre a nossa história e de que maneiras podemos contá-las e apresentar novas interpretações, é que abordamos assuntos como histórias e memórias de professores na ditadura civil militar brasileira, ouvindo inclusive os jovens professores na atualidade. Também abordamos a ideia de novas metodologias e novas posturas frente aos desafios de viver num mundo de informações instantâneas e novas linguagens. Respeitando o próprio texto dessa Revista percebemos este teor:

> Estudos que esquadrinhem os usos do passado e no/do presente na perspectiva da história pública e suas reverberações socioculturais e políticas a partir diferentes linguagens como a cinematográfica, iconográfica, literária, museológica e/ou midiática. Neste contexto, pretende-se contribuir na ampliação e consolidação das reflexões teórico-práticas acerca da história pública no Brasil e suas aproximações com as tecnologias digitais, visando à difusão do conhecimento histórico para além da produção acadêmica, atingido outros espaços/configurações de produção, divulgação e circulação do saber a outros públicos de ampla audiência.

E assim vamos pensar sobre um período da nossa história e dedicamos um especial olhar, aberto, flexível, com múltiplas inter-relações considerando a produção de uma linguagem fílmica a partir da ação do laboratório atuante que é o LABOME. O Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas – LABOME da Universidade Vale do Acaraú (UVA), está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e promove a difusão de pesquisas que estão sendo desenvolvidas por professores através da linguagem visual, articulando filmes (documentários), fotografia, artes plásticas, instalações e desenhos. Consegue pautar os acervos

orais de pesquisas registradas e catalogadas disponibilizadas para toda a universidade.

Este laboratório faz transcrição, catalogação e armazenamento das narrativas que podem ser acessadas por todos e, são revisitadas para o programa VISUALIDADES[4] que busca "promover novos usos ao arquivo de documentos textuais, orais e visuais já existentes, produzindo obras visuais que possam ser úteis para pensar o tempo e o espaço vivido; contribuir para a criação de uma política pública de produção de obras visuais. O laboratório acima referido, em certa medida, vem contribuindo com a socialização de narrativas, se constituindo também como espaço de visibilidade das pesquisas em novas linguagens. Há um reconhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade, da importância destes acervos, são diversas experiências de variados sujeitos sociais, registrados através de narrativas orais, valorizadas e sistematizadas para disponibilizar ao público em geral.

Estes espaços como o LABOME atuam de forma simultânea na produção de conceitos e métodos específicos, alargando, assim, o universo da produção histórica nacional e a compreensão dos processos desta metodologia de pesquisa. Apresentam uma seriedade e sistematização das narrativas e fontes historiográficas, que há anos vêm ajudando alunos e a todos interessados, nos depoimentos, nas histórias de vida de milhares de personagens importantes para se compreender a nossa história. São catalogadas, organizadas e revelam a

[4] O Visualidades é um evento resultante de programa de extensão capitaneado pelo Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas (Labome) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que envolve atividades de formação e divulgação científica de trabalhos de pesquisa que expressem com suporte visual os seus resultados. Desde 2011 conta com apoio do edital PROEXT do Ministério da Educação - MEC. Quatro linguagens são articuladas e expostas anualmente para comunidade de Sobral: fotografia, documentário, desenho e artes plásticas. In: http://www.uvanet.br/hotsite_visualidades/apresentacao.php. Acesso: 25/03/2017.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

pluralidade de memórias que são, às vezes, divergentes, complementares, diferentes, e essa é uma das riquezas das fontes orais.

Com as iniciativas deste laboratório o professor é chamado a ir além de ser um 'repassador de conteúdo', torna palatável e concretamente possível ir além da transmissão de conhecimentos, e instiga o professor a repensar, atualizar suas próprias concepções teóricas e metodológicas, com releituras e novas interpretações, sem, no entanto, abrir mão de uma concepção de história crítica, em movimento e em construção permanente. Como afirma FONSECA 2008 p. 56 :

> O ensino de história é um espaço complexo, no qual atuam diferentes propostas de saber e poder, cabendo aos professores de história o papel fundamental de desenvolver um ensino que contribua para a formação do pensamento crítico e reflexivo, para a construção da cidadania e para a consolidação da democracia entre nós.

É exatamente nesta linha de pensamento que nos aproximamos da antropologia visual e fizemos o documentário "Eu quero ver". A História é um espaço complexo e com uma atuação em diálogo com outras disciplinas se torna ainda mais um caminho longo e que estamos perseguindo. Como não recuperar uma crítica aos historiadores realizada nos anos de 2003, por MENESES, 2003, p. 20

> ...a História, como disciplina, continua à margem dos esforços realizados no campo das demais ciências humanas e sociais, no que se refere não só a fontes visuais, como à problemática básica da visualidade ... [há um desconhecimento da problemática teórico conceitual relativa ao fenômeno da representação, em geral, à natureza da imagem visual, em particular e à visualidade, como um todo; utilização preponderante da fonte visual ainda como mero repositório especular de informação empírica].

Muitos anos se passaram após esta discussão e debates acalorados vêm se desenvolvendo no intuito de aproximar as linguagens e porque não, ter uma produção comum pois o cinema, o audiovisual, as fotografias, a educação e a

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

arte em suas múltiplas facetas têm sido apropriados por historiadores tanto como objetos de estudo, como metodologias alternativas de divulgação de suas pesquisas históricas caracterizando-se como importantes linguagens de produção e circulação do conhecimento histórico para um público não especializado.

Nesse sentido, com o intuito de refletir e pôr em debate a história do Brasil recente e o seu momento político atual realizamos o documentário "Eu quero ver" que busca dialogar com as temporalidades históricas. O documentário traz depoimentos de professores que vivenciaram o tempo da ditadura militar e de jovens professores que enfrentam o desafio de debater sobre o conteúdo da ditadura nas salas de aulas de hoje. Apresenta um corte geracional numa clara tentativa de problematizar o momento político atual sem perder de vista as experiências vivenciadas em nosso passado recente. Portanto, dialoga tanto com a metodologia de História Oral, e a linguagem fílmica como também, com a linha de proposição da História Pública.

Para a elaboração de tal documentário há o reconhecimento da necessidade de preparação deste material educativo, porque embora tenhamos familiaridade e usemos os recursos audiovisuais na educação, ainda há muito o que pensar e nossa proposta seria envolver todos no processo de produção do vídeo que se desenrola em algumas etapas tais como: a) Pré-produção: consiste na preparação, planejamento e projeto do vídeo produzido. Essa etapa abrange todas as demais atividades que serão realizadas, desde a concepção da ideia inicial, as filmagens, até a produção final com a edição. b) Produção: nesta etapa são realizadas as filmagens das cenas que compõem o vídeo, entrevistas, fotos etc. c) Pós-Produção: nesta última etapa todas as atividades até então realizadas são organizadas para se realizar a edição e finalização do vídeo. Essas

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

etapas podemos perceber nos escritos de Kindem e Musburger (1997) apud Vargas, Rocha e Freire (2007, p. 2). Sabemos também que a produção de documentário vem constituindo-se como uma ferramenta apta a ser inserida no contexto educacional, Vargas, Rocha e Freire (2007, p. 2) discutem tais questões:

> A produção de vídeos digitais voltados para a aprendizagem aponta para diversos benefícios educacionais, sendo estes: desenvolvimento do pensamento crítico; promoção da expressão e da comunicação; favorecimento de uma visão interdisciplinar; integração de diferentes capacidades e inteligências; e valorização do trabalho em grupo.

O processo ensino-aprendizagem só pode analisado como uma unidade, são faces de uma mesma moeda. Sabemos que a educação vai além dos "muros acadêmicos" e as emoções e afetividades devem ser consideradas neste processo. Jovens dinâmicos, com sede de tudo, querem experimentar, conhecer, viver dentro e fora da Universidade! Nosso mestre maior Paulo Freire (1996, p.77) nos lembrava: "me movo como educador, porque primeiro me movo como gente". Nesta dimensão é possível que o professor envolva os educandos a terem curiosidade de querer fazer e aprender, e que é tempo de nos desprendermos do tradicionalismo arcaico que muitos ainda vivem e praticam.

Considerando a rapidez e a velocidade das informações conjunturais que somos 'bombardeados' ao longo do dia nos perguntamos: Como envolver os alunos no cotidiano de aulas? Como ser um professor diferente? De que maneira motivar os alunos nas discussões políticas sobre temas caros como corrupção, ética, cartel, monopólio, democracia, e etc. Não há receitas, nem modelos, mas nesta construção coletiva do saber importa considerar a lição de Paulo Freire (1996, p. 96):

> O bom educador é o que consegue enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim, um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

> dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Em vários espaços como praças, comunidades, escolas, ruas vimos estes assuntos da ética, corrupção serem discutidos, falados, ou simplesmente censurados, mas não há como negar que estes temas estão presentes no dia a dia de toda a sociedade, permeiam todas as classes, não há como ignorar que além da divisão do país em torno desses temas, vemos uma participação expressiva da juventude nas ruas em nome da liberdade e ética na política.

Ao longo dos anos de 2015 e 2016, o Brasil vivenciou um momento de grande efervescência política, com diversas manifestações que tomaram as ruas, com representantes tanto da direita, quanto da esquerda, que reivindicavam ardorosamente, nos seus respectivos campos de atuação político-ideológica a saída ou a permanência da presidenta Dilma Roussef e do Partido dos Trabalhadores – PT do governo.

Somando-se a tais manifestações, o discurso de uma mídia sensacionalista, bem como, a ação de uma justiça seletiva, claramente atrelada aos interesses conservadores, vinculados aos grupos mais reacionários do Congresso Nacional fizeram com que se desencadeasse o processo de Impeachment que destituiu a presidenta Dilma do cargo, sendo assumido por seu vice, Michel Temer, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Dito de outra forma, o Brasil vivenciou mais um golpe político na sua história recente. Tal momento diz respeito ao golpe político, jurídico e midiático de 2016 e torna-se inevitável suas correlações com a conjuntura de 1964 e os anos de chumbo que o Brasil vivenciou.

Em decorrência desse fato, há claramente uma comparação do dito golpe, com o golpe civil-militar de 1964. Muitas análises de políticos e de intelectuais de esquerda, de militantes dos movimentos sociais, de coletivos

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

juvenis engajados politicamente inundaram as redes sociais e outros canais de participação política trazendo comparações entre as conjunturas de 1964 e de 2016. Observa-se, então, um esforço exaustivo em se balizar as semelhanças e diferenças entre o golpe de outrora, que instituiu a ditadura militar no Brasil, se estendendo por 21 anos, e o golpe "branco" que segue em curso nos dias atuais, com ameaças concretas aos diversos direitos trabalhistas, civis e sociais, até então, garantidos ao povo brasileiro.

Tais acontecimentos trouxeram à baila um grande debate entre historiadores, cientistas sociais e professores das diversas áreas das humanidades sobre o tema da ditadura militar. Ou seja, a presença de diversos cartazes e discursos inflamados enaltecendo os tempos da ditadura militar durante as manifestações pró-Impeachment demonstrou o quanto esse episódio da história do Brasil recente parece ser desconhecido em sua real face pela população brasileira, sobretudo por grande parte da juventude.

Faz-se urgente que pesquisadores, professores, alunos, militantes de movimentos sociais e coletivos, todos que estejam comprometidos com o ideal de democracia e de liberdades política e civil se tornem esclarecedores dos perigos de uma ditadura. Nesse sentido, a professora Valéria nos chama a atenção para a necessidade de melhor conhecer e compreender o "período de vigência do autoritarismo no Brasil":

> Um período que aparentemente é ... bastante discutido. Uma idéia, ás vezes, de que há muita produção já sobre esse período. O que não é verdade. Há muito ainda o que se discutir. É... o tema precisa ser mais discutido, precisa ser aprofundado até para esclarecer muitas questões, que de um modo geral, a sociedade brasileira parece que ainda não entendeu.[5]

[5] Valéria Alves, professora da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Arquivo LABOME. Data:01 de agosto de 2016 .

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

Fazendo um paralelo com o momento político atual, tem sido muito comum a análise do protagonismo juvenil nas manifestações de rua e nas mídias, sendo tomado como um elemento impulsionador das pressões políticas e sociais que o Brasil vem vivenciando, pelo menos, desde os protestos de 2013, que ficaram conhecidos como "jornadas de junho".[6] Numa conjuntura democrática, porém, permeada de contradições políticas, sociais, étnicas e de gênero, a juventude toma as ruas numa metáfora clara com o gigante que acordou. Na perspectiva do professor Nicolau Bussons: "A juventude tem dado outra resposta e apresentado alguns ensinamentos pro velho movimento sindical, pro velho movimento partidário... as ocupações das escolas é uma referência disso, 2013 também foi uma referência disso."[7]

Por esse caminho, o professor Raimundo Nonato ressalta os novos mecanismos que a juventude vem utilizando para se manifestar politicamente. Se no passado Militar, com todo sistema de comunicação censurado, foi preciso pegar em armas para derrotar o inimigo. Atualmente, com grande acesso à informação, proporcionado pela força da internet, a juventude se expressa, denuncia, escracha, (re)inventando formas legítimas de participação política e cidadã.

> Agora, comparando uma coisa do regime militar com hoje, uma coisa que me chama muita atenção e que, naquela época também foi importante é a participação da juventude, né? Eu acho que na luta política, tanto em 64, nós temos uma participação da juventude, um fechamento dessa participação e o que levou alguns a optar pela luta armada. E hoje nós temos, em 2016, uma participação muito grande

---

[6] Os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente, nas principais capitais. São as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

[7] Nicolau Bussons, professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Arquivo LABOME. Data:01 de agosto de 2016 .

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

> da juventude nas diversas manifestações: os escrachos, a cusparada on line, a presença do Levante da Juventude. É com isso que eu fico alegre, né?![8]

O vanguardismo, o inconformismo e o questionamento aparecem nas narrativas dos entrevistados como uma marca característica da própria juventude. A militância estudantil de outrora contra a ditadura, guardadas as proporções, passa a ser comparada à militância de diversos jovens que hoje estão inseridos em coletivos e movimentos sociais de atuação nacional, como o referido Levante Popular da Juventude[9], bastante conhecido, tanto pela classe estudantil secundarista, quanto pela universitária. Tem sido muito comum nas manifestações atuais, a juventude participante apontar cartazes e palavras de ordem que denotem suas vinculações com uma ou outra dessas organizações.

Desse modo, percebe-se que a efervescência política do momento atual está presente nos espaços oficiais governamentais, como também, nos espaços não oficiais, como nas ruas, nas mídias sociais, nas universidades e escolas. Os professores das áreas de humanidades estão sendo chamados pelos próprios alunos a se posicionar, refletir e explicar em suas aulas o Brasil do passado e do presente. Assim, observamos na narrativa do jovem professor da rede básica de educação, Davi Borges, fazendo um paralelo entre a juventude de 1964 e a atual.

> A juventude de 64, uma juventude consciente, eles entram na chamada marginalidade porquê? Por que, justamente, eles rompem com características do governo... Eles têm vontade de falar e serem ouvidos, por isso eles vão para a luta armada. Por isso, eles vão para outras entidades não oficiais, não governamentais... E falar isso para um aluno que hoje, através de facebook, através de mídias sociais podem opinar, podem colocar sua opinião, é diferente. Porque é uma

---

[8] Entrevista realizada com Raimuno Nonato de Souza. Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Arquivo LABOME. Data: 22 de julho de 2016.
[9] Para maiores informações acessar o site: http://levante.org.br

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

> liberdade que os nossos alunos têm que em 64, com o golpe militar, a juventude não tinha.[10]

Outro enfoque bastante pertinente que aparece no documentário "Eu quero ver" diz respeito às metodologias do ensino de história com as quais os professores entrevistados trabalham os conteúdos sobre o período ditatorial. Tendo em vista que o referido golpe de 2016 vem suscitando cada vez mais a necessidade de refletir sobre outros golpes políticos da História do Brasil, como principalmente, o ocorrido em 1964, os professores estão se sentindo convidados a abordarem esse tema de maneiras cada vez mais atrativas em suas aulas.

Por esse caminho, o professor Rodrigo Ferreira[11] nos conta de sua experiência docente nas salas de aula do ensino médio, onde cria estratégias para ensinar o conteúdo de história da ditadura militar no Brasil, atraindo a atenção dos alunos, bem como, refletindo sobre a importância do conteúdo de história para se entender nosso presente:

> Então, eu sempre começo com esse diálogo com eles: se foi golpe, se foi revolução? Quais as diferenças entre esses conceitos e sempre rola um diálogo muito bacana. E aí fazendo essa comparação entre esses conceitos, a gente não pode fugir né... do tema do golpe, fugir do que está acontecendo no Brasil... Um golpe diferente do golpe de 64 né... é um golpe sem armas. Um golpe chamado de golpe branco, parlamentarista, como queiram chamar, palaciano mas, que ainda assim, é um golpe.[12]

O relato de jovens professores é valioso para vislumbrarmos o chão da sala de aula, ao passo que são esses jovens que estão na base do ensino fundamental e médio da rede pública de estadual e municipal e que, apesar das

[10] Entrevista realizada com Davi Broges, professor da rede básica de educação do estado do Ceará, atuante no município de Sobral. Arquivo LABOME. Data: 22 de julho de 2016.
[11] Entrevista realizada com Rodrigo Ferreira, professor da rede estadual do Estado do Ceará, atuante no município de Cariré. Arquivo LABOME. Data da entrevista: 22 de julho de 2016
[12] Idem.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

muitas dificuldades encontradas no sistema educacional, conseguem desenvolver metodologias inovadoras e dialogar com linguagens atraentes como o cinema, documentário e o uso de documentos históricos em sala de aula. Nesse sentido, situamos a narrativa do professor Thiago Rocha:

> Eu gosto de trabalhar com músicas, eu gosto de trabalhar com vídeos e eu gosto de trabalhar com um livro que muito mais faz, acredito eu, uma arrecadação do vários documentos importantes do período, mostrando como foi a repressão a partir do olhar do repressor, que é o livro Brasil Nunca Mais. Então, ler trechos do Brasil Nunca Mais e mostrar para os alunos o quão aquilo é impactante, eu acho que chama a atenção deles. O segundo desafio é mostrar que isso ainda acontece hoje, que nós temos pensamentos conservadores ainda hoje, que temos pessoas defendendo a ditadura hoje.[13]

Também é válido salientar a experiência docente do professor Cristiano, atuante na rede estadual de ensino, na cidade de Fortaleza, que também busca refletir sobre o período ditatorial com o intuito de despertar a criticidade de seus alunos, mas também, uma sensibilização dos mesmos para com as atrocidades cometidas no período. O professor convida pessoas que vivenciaram o período de ditadura para compartilhar suas experiências com os alunos do ensino médio. Utilizando um recurso didático muito comum no universo acadêmico, o professor estende para sua sala de aula, a experiência de ouvir e dialogar com as testemunhas desse passado recente.

Conforme o professor explica, são apresentadas aos alunos tanto as versões dos perseguidos pelo regime ditatorial, como também versões do pensamento militar vigente.

> No segundo ano, a gente já propôs um pouco mais, uma coisa mais específica. Fazer uma comparação entre uma pessoa que tinha sido torturada... e depoimentos que exaltassem os governos militares. Então, o seguinte, o que a gente notou, inclusive a gente convidou a

[13] Entrevista com Thiago Rocha, professor da rede básica de ensino do estado do Ceará, atuante na cidade de Sobral. Arquivo LABOME. Data: 22 de julho de 2016.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

> Rosa da Fonseca para dar depoimento lá na sala e falar um pouco sobre esse período. E em contrapartida, eles analisaram também depoimentos de alguns militares. E o que é mais interessante é que... são as reações né? ... dos alunos, dos estudantes nesse momento. [14]

Nessa metodologia, a partir dos depoimentos ouvidos, professor e alunos passam a refletir sobre tal acontecimento histórico, tendo contato com versões da ditadura que não são contadas pela história oficial do Brasil. Tomar conhecimento da repressão, das diversas formas de torturas vividas e contadas por uma pessoa comum, do seu estado, da sua cidade ajuda aos alunos a pensar que a história da ditadura militar não esteve distante deles, restrita aos grandes centros urbanos do Brasil, mas ao contrário, a repressão alcançou, em maior ou menor medida, todo território nacional.

Outra metodologia relatada pelos professores que compõem o documentário é a utilização de filmes que abordam o período, principalmente, do filme "Batismo de Sangue", dirigido por Helvécio Hatton, baseado na obra de mesmo nome, de autoria de Frei Betto. A partir de uma linguagem fílmica os alunos podem se aproximar de uma possível representação daquela realidade ditatorial.

Assim, a história da ditadura militar no Brasil precisa ser cada vez mais estudada e publicizada, tanto nos espaços oficiais de ensino, como também, a partir de iniciativas que extrapolem os muros das escolas e universidades. A formação de uma consciência histórica acerca desse período ainda está por ser consolidada e a História Pública pode ser uma forte aliada nesse sentido. O atual momento mostrou o quanto o conhecimento de nossa história é limitado e, por vezes, distorcido.

---

[14] Entrevista realizada com Cristiano, professor da rede básica de educação do estado do Ceará, atuante no município de Fortaleza. Arquivo LABOME. Data:01 de agosto de 2016.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

Portanto, formados numa conjuntura acadêmica pós-ditadura militar, esses jovens professores experimentaram um período de intensa renovação do ensino de História, tanto na educação básica quanto nos cursos de licenciaturas e bacharelados em História, podendo apreender e se apropriar dos “novos temas, novos problemas, novas abordagens”, que chegavam nos cursos de História das Universidades de norte a sul do Brasil.

Nesse sentido, a conjuntura educacional do anos 1990 trazia como principal debate no âmbito da história o retorno dessa disciplina escolar para os currículos do ensino fundamental, excluindo-se, assim, os estudos sociais, que desde a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, através da Lei 5.692/71, vinham sendo um arranjo de conteúdos referentes à história e à geografia.

No afã de recolocar a história no seu devido lugar de disciplina autônoma, cabia exatamente pensar sobre: Que História ensinar? Quais memórias preservar? Quais conteúdos e métodos deveriam nortear o professor de história atuante no Brasil redemocratizado? A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs de 1997, trazem em seu texto muitas das discussões e demandas desse período. Como lembra Fonseca (2008, p.15):

> As mudanças operadas no ensino de história nas últimas décadas do século XX ocorreram articuladas às transformações sociais, políticas e educacionais de uma forma mais ampla, bem como, àquelas ocorridas no interior dos espaços acadêmicos, escolares e na indústria cultural. Nesse sentido, considero importante não separarmos a investigação e o debate produzido sobre o ensino, do contexto em que é produzido, do conjunto de relações de espaço de saber e poder, especialmente das relações entre universidades, indústria editorial e escolas de ensino fundamental e médio.

Tais renovações vivenciadas a partir da década de 1990 se contrapunham diretamente ao passado tenebroso da ditadura em que a educação fora marcada pela Reforma Universitária de 1968 e a Reforma da Educacional de

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

1971, que impactaram consideravelmente com um conservadorismo e tradicionalismo nos conteúdos e métodos de ensino. Ainda de acordo com Fonseca (2008, p. 17):

> Em 1971, o governo Médice completou a configuração do projeto educacional que vinha sendo desenhado desde 1964 e implantado, mais detalhadamente, a partir de 1968. A reforma do ensino de 1º e 2º graus, proposta pela lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, tem como fundamento o mesmo ideário e os mesmos objetivos que nortearam a reforma universitária. (...)

Portanto, diante de um histórico em que a educação e o ensino de história passaram por deliberado controle político-ideológico, sendo destituídos de sua função social e crítica por longos anos, poder atuar em conjuntura democrática e refletir sobre o passado ditatorial é fundamental para garantia do direito à memória, à educação e à cidadania no Brasil.

No documentário "Eu quero ver" os depoimentos dos professores, como vimos acima, apontam para isso, principalmente nos dias atuais em que estamos vendo ameaçados os nossos direitos civis, trabalhistas, previdenciários e, também, educacionais através de projetos de leis que tramitam no Congresso como a Reforma Trabalhista, Reforma Previdenciária e Reforma do Ensino Médio que marcam o Governo Temer. Nesse sentido, cabe uma reflexão em torno da narrativa do professor Francisco de Sousa, ao situar as inquietações do seu alunado durante as aulas de história:

> Alguns dos temas mais questionados pelos alunos, percebo eu, são temas que realmente perduram até hoje. Nós temos muitos alunos do terceiro ano, principalmente, que questionam bastante e tentam realmente entender esse sistema político que nós temos hoje, certo? Tentam realmente questionar e entender porque temos no Brasil que é chamado de "Pátria Educadora" diversas greves dentro do sistema educacional. Nós temos greves nas escolas do estado, nós temos greves nas universidades, nós temos muitas greves. Então, realmente

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

> eles tentam entender porque nós temos uma pátria educadora e nós temos tantas greves assim dentro do sistema de ensino.[15]

Um ponto que atualmente está muito presente na vivência escolar e universitária diz respeito ao movimento grevista de professores. O ano de 2016 assistiu uma explosão de greves docentes por todo o Brasil e juntamente com o movimento docente, a classe estudantil, principalmente, secundarista, encampou essa luta e um fenômeno novo marcou esse momento: as ocupações das escolas. Os estudantes passaram a vivenciar a máxima "ocupar e resistir" numa clara manifestação de consciência do poder da juventude e da força coletiva organizada.

Nesse sentido, as manifestações de ruas, as diversas representações via internet, as ocupações nas escolas são indícios do caos político e social em que submergiu o Brasil com o clima do golpe atual, como também, representam as formas da juventude se expressar e lutar pela garantia dos direitos e da democracia. Nesse sentido, o professor Cristiano, atuante na rede estadual de ensino, no município de Fortaleza, recupera um episódio marcante para seus alunos, que ocuparam a escola e enfrentaram a repressão policial:

> A escola que eu dou aula, ela está ocupada. Com relação à greve dos professores, os alunos também estão fazendo movimento secundarista que ocuparam a escola reivindicando melhorias na educação. Semana passada, eles tiveram uma experiência muito próxima da juventude desse período militar, que foi a repressão policial. A polícia entrou na escola e reprimiu, realmente, muitos estudantes que estavam ali, ocupando a escola, ameaçando... Ali, sentiu na pele.[16]

---

[15] Entrevista com Francisco de Souza, professor da rede básica de ensino do estado do Ceará, atuante na cidade de Sobral. Arquivo LABOME. Data: 22 de julho de 2016.

[16] Entrevista realizada com Cristiano, professor da rede básica de educação do estado do Ceará, atuante no município de Fortaleza. Arquivo LABOME. Data:01 de agosto de 2016

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

A repressão policial de hoje marca, principalmente, a juventude das periferias do Brasil. Durante o regime militar, os jovens, de periferia ou não, tiveram que conviver com essa repressão, o que era a regra.

Outra forma de repressão também se manifestava no plano da moral, dos bons costumes e, também, dentro das escolas, na disciplina, no conteúdo, no material didático, na autoridade do professor e na obediência do aluno. Altemar Muniz, professor do curso de História da Universidade Estadual do Ceará – UECE rememora seus tempos de escola, ainda nos anos 1980, quando se vivia o final da ditadura, que mesmo com toda pressão política e social que iria marcar o processo de abertura "lenta, segura e gradual", a escola e o discurso oficial de alguns professores ainda guardavam o vigor do autoritarismo e o receio do comunismo:

> Havia uma proibição muito grande dos professores de estudos sociais de falar em política. Eu me lembro que no sétimo ano, houve um movimento nos cinemas, em Fortaleza, naquele período. Aquilo era ano de oitenta, acho que aquilo era ano de oitenta e um, maio ou menos, em que os cinemas retiraram a meia entrada na cidade de Fortaleza e houve uma movimentação dos estudantes que ficavam nas filas do cinema pra pedir meia e, quando recusava, voltavam pra fila. Então, isso impedia o cinema de ter algum lucro. Aí, baixou polícia, manifestação e tal e, quando uma colega minha falou na sala na frente dessa professora de estudos sociais, isso no sétimo ano, de que ela iria participar, ela deu uma bronca na menina, que isso era coisa de comunista.[17]

O final dos anos 1970 e os anos de 1980 foram marcados pelo processo de abertura política, sendo conduzida pelos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Momento de muita efervescência política, com ampla mobilização popular, o que se verificou nas campanhas pela Anistia de 1979, que se queria "ampla, geral e irrestrita" e, pelas Diretas já. Mesmo, com o

[17] Entrevista realizada com Altemar da Costa Muniz, professor do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará. – UECE. Arquivo LABOME. Data 01 de agosto de 2016.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

regime ditatorial ameaçado e denunciado, o processo de transição democrática que se desencadeou não atendeu os apelos da pressão popular, visto que a proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que requeria o retorno das eleições diretas, foi rejeitada pelo Congresso, bem como, a Lei de Anistia aprovada ficou muito aquém das reivindicações, pois excluía grande parte dos persguidos políticos, que estavam enquadrados nos ditos crimes de sangue, ou seja, crimes que envolviam atividades de luta armada e guerrilha.

Fazendo uma reflexão em torno do processo de Anistia ocorrido no Brasil, a professora Carol, atuante na rede estadual de ensino, no município de Fortaleza, traz a metáfora de uma esponja anestésica, ao passo, que a Lei de Anistia serviu para que os militares se redimissem com a sociedade brasileira, ao mesmo tempo, em que essa sociedade esqueceria os crimes do estado ditatorial. Carol enfatiza, portanto, que tanto nossa Anistia, como nossa Comissão Nacional da Verdade, tiveram um caráter de conciliação, diferindo-se dos processos ocorridos em outros países que passaram por experiências de autoritarismos.

> Aqui no Brasil não. Como a Lei de Anistia de 1979, ela foi pensada como uma esponja anestésica, o que é isso? Se deu a Lei de Anistia, mas se anistiou todos, menos os crimes de sangue, né? E aí, os crimes de sangue só reverberaram pela esquerda. Todo mundo que pegou em arma, que matou, que sequestrou da esquerda, foi punido e foi punido ainda na época, ainda com a ditadura vigente. Mas, quem torturou, quem sequestrou, quem matou do lado dos militares, não foi processado. A Anistia passou uma esponja, e essa esponja apagou todos esses crimes, mas apagou de forma que a sociedade não se lembrasse mais.[18]

Portanto, o que de fato verificou-se foi uma abertura muito restrita e controlada pelo alto, que transitou entre medidas de avanço e recuo. Para

---

[18] Entrevista realizada com Carol, professora da rede básica do estado do Ceará, atuando no município de Fortaleza. Arquivo do LABOME. Data: 01 de agosto de 2016.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

tanto, é interessante pensar o próprio sentido de democracia para os militares. Como ressalta professora Valéria Alves, "Figueiredo promete fazer desse país uma democracia":

> Usando, inclusive, uma afirmação que diz muito bem sobre ese governo. Na posse, Figueiredo anuncia que faria desse país uma democracia e, quem fosse contra, ele prendia e arrebentava. Ele diz: ' juro fazer desse país uma democracia e, quem for contra, eu prendo e arrebento'. Então, a gente já tem aí uma característica de que democracia era essa que estava sendo construída.[19]

Nesse sentido, recuperar a experiência do passado ditatorial em todas as suas formas de expressão é proporcionar uma reflexão sobre os horrores de uma ditadura e, em contrapartida, reforçar a idéia de democracia e do Estado de direto. É, pois, corroborar com a abordagem de uma História Pública no sentido de ampliar o debate sobre os temas e conceitos históricos, tão caros para a nossa formação democrática e cidadã. Como ressalta o professor Altemar: "o melhor, apesar de todos os problemas, é a democracia. Pode ser uma coisa limitada... mas qualquer democracia é muito melhor que qualquer ditadura".[20]

Referências

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade***:* história, teoria e pesquisa. São Paulo: Papirus, 1999.

---

[19] Entrevista Valéria Alves, op. Cit.
[20] Entrevista Altemar Muniz, op. Cit.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p241

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. São Paulo: Papirus, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, vol 23, n° 45, pp.11-36 São Paulo: Anpuh/Humanitas, 2003.

VARGAS, Ariel; ROCHA, Heloísa Vieira da; FREIRE, Fernanda Maria Pereira. Promídia: produção de vídeos digitais no contexto educacional. **Novas Tecnologias na Educação.** Porto Alegre, v.5, n.2, dez 2007. Semestral. Disponível em http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo10/artigos/1bAriel.pdf. Acesso: 30 de abril de 2009.